

SECIL BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.634.131/0001-00

Para versão digital deste balanço acesse o link: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/secil-brasil-participacoes-s-a/>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.878	944	200.689	236.508	Fornecedores	15	-	-	96.873	100.449
Contas a receber de clientes	8	-	-	39.340	35.070	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	205.669	428.441
Estoques	9	-	-	85.724	83.667	Passivos de arrendamento	17	-	-	6.580	4.748
Impostos a recuperar	10	159	143	18.935	28.393	Salários e encargos sociais	18	-	-	13.442	14.814
Partes relacionadas	24	-	-	1.407	1.505	Impostos a recolher	18	7	-	16.479	6.602
Outros créditos a receber						Adiantamentos de clientes				711	1.134
						Instrumentos financeiros derivativos	26			39.403	5.588
		50		11.415	10.428	Outras contas a pagar				7.297	11.896
		<u>5.087</u>	<u>1.087</u>	<u>357.510</u>	<u>395.571</u>			<u>14</u>	<u>11</u>	<u>386.454</u>	<u>573.672</u>
Impostos a recuperar	10	-	-	38.503	44.131	Total do passivo		33.229	32.989	1.064.329	1.107.582
Outros créditos a receber				3.213	1.455	Patrimônio líquido					
Investimentos	11	685.924	714.708	-	-	Capital social	19	650.884	650.884	650.884	650.884
Imobilizado	12	-	-	1.047.220	1.077.200	Reservas de capital		18.724	18.724	18.724	18.724
Direito de uso dos ativos	13	-	-	8.297	5.537	Reserva legal		-	659	-	659
Intangível	14	-	-	285.619	285.178	Reserva de retenção de lucros		-	12.539	-	12.539
						Prejuízos acumulados		(11.826)	-	(11.826)	-
		685.924	714.708	1.382.852	1.413.501	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		<u>657.782</u>	<u>682.806</u>	<u>657.782</u>	<u>682.806</u>
						Participação de acionistas não controladores		-	-	18.251	18.684
						Total do patrimônio líquido		<u>657.782</u>	<u>682.806</u>	<u>676.033</u>	<u>701.490</u>
Total do ativo		691.011	715.795	1.740.362	1.809.072	Total do passivo e patrimônio líquido		691.011	715.795	1.740.362	1.809.072

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(12.486)	13.198	(12.919)	13.773
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(12.486)	13.198	(12.919)	13.773

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.477)	13.198	(948)	33.421
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa					
Depreciação e exaustão	21	-	-	64.457	63.987
Depreciação dos ativos de direito de uso	12 e	-	-	8.420	6.770
Amortização de ativos intangíveis	21	-	-	461	538
Ganho líquido na venda de imobilizado	12	-	-	213	1.020
Provisão para litígios	25	230	2.742	8.785	6.374
Juros incorridos sobre empréstimos e arrendamentos		-	-	46.357	47.654
Varição dos contratos de instrumentos financeiros	22 e	-	-	110.595	7.096
derivativos	16	-	-	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(44.923)	8.457
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	41	(131)
Provisão para perdas de estoques	9	-	-	1.637	(13)
Equivalência patrimonial	11	<u>12.308</u>	<u>(15.975)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>61</u>	<u>(35)</u>	<u>195.095</u>	<u>175.173</u>

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas de vendas e serviços	20	-	-	692.256	565.835
Custo das vendas e dos serviços prestados	21	-	-	(461.050)	(348.714)
Lucro bruto				231.206	217.121
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	21	(111)	(50)	(23.527)	(25.581)
Comerciais	21	-	-	(100.842)	(74.463)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	-	-	(40)	132
Outras receitas e despesas, líquidas	21	-	(2.741)	(1.298)	(6.503)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(12.308)	15.975	-	-
(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		(12.419)	13.184	105.499	110.706
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	22	(242)	(74)	(163.746)	(83.796)
Receitas financeiras	22	184	88	57.299	6.511
Despesas financeiras, líquidas		(58)	14	(106.447)	(77.285)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.477)	13.198	(948)	33.421
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23	(9)	-	(6.308)	(6.101)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23	-	-	(5.663)	(13.547)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(12.486)	13.198	(12.919)	13.773
Atribuído aos acionistas				(12.486)	13.198
Participação de não controladores				(433)	574
(Prejuízo) lucro líquido do exercício				(12.919)	13.772
Ações em circulação no fim do período (em milhares)				650.884	650.884
(Prejuízo) lucro líquido por ação do capital social no fim do período - R\$				(0,20)	0,021

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2020		1.067.276	18.724	-	-	(416.392)	669.608	18.110	687.718
Redução capital social		(416.392)	-	-	-	416.392	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.198	13.198	574	13.772
Constituição reserva legal		-	-	659	-	(659)	-	-	-
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	12.539	(12.539)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		650.884	18.724	659	12.539	-	682.806	18.684	701.490
Distribuição dividendos	19. e	-	-	-	(12.539)	-	(12.539)	-	(12.539)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(12.486)	(12.486)	(433)	(12.919)
Reversão da reserva legal		-	-	(659)	-	659	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		650.884	18.724	-	-	(11.826)	657.782	18.251	676.033

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Sécil Brasil Empreendimentos e Participações S.A., ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia detém participação acionária na Supremo Cimentos S.A. ("Supremo"), representada pela controladora Supremo Cimentos S.A. e controlada indireta Margem Companhia de Mineração ("conjuntamente, o "Grupo"). A Supremo e controlada têm como atividades preponderantes a fabricação, importação e comercialização de cimentos e seus derivados, bem como prestação de serviços de concretagem, e extração e beneficiamento de calcário, entre outras atividades relacionadas. Situação econômica financeira e planos de negócio do Grupo Em 31 de dezembro de 2022, nas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo apresenta excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes, no montante de R\$ 28.944 (R\$ 178.101 em 31 de dezembro de 2021). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção da fábrica da Margem e dos projetos de melhorias posteriores: cinta transportadora (*flying belt*), britador e ensacadeira. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias. O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa e também um maior alongamento do prazo de maturidade da dívida bancária, que permitirá ao Grupo uma inversão da atual condição do seu capital circulante. Esse processo já foi iniciado, conforme é visível na melhoria da situação em relação ao ano anterior. O Grupo continuará contratando linhas de financiamentos de médio/longo prazo que viabilizem a sua estabilidade e o seu crescimento. A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de fiabilidade,

quer em termos de consumos específicos, pelo mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação da Companhia, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É convicção da Diretoria que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- Nota explicativa 12 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;

- Nota explicativa 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota explicativa 26 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 27 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2020	2019
Supremo Cimentos S/A	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40
anos	
Jazidas minerais	44
anos	
Outros	5-10
anos	
Máquinas e equipamentos	18 - 30
anos	

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.**Intangível**

(i) Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

(ii) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(iii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; investimentos de dívida mensurados ao V.JORA; e ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

k. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

l. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

m. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i) Venda de produtos

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(ii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

n. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Otmar Hübscher	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Presidente	
Carlos Alberto Medeiros Abreu	João Luís Barbosa Pereira de Vasconcelos Conselheiro
Conselheiro	
DIRETORIA	
Otmar Hübscher	Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor
Diretor Presidente	
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 042221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.

ACIDENTE GRAVE

Bêbado em alta velocidade mata pedestre e deixa filha de 9 anos ferida

Gustavo Marques
gustavomarques@tribunadoparana.com.br

Um grave acidente na manhã de ontem, no bairro Jardim Curitiba, em Colombo, na Região Metropolitana, vitimou um homem de 31 anos e deixou outras duas pessoas feridas. O motorista que causou a batida estava alcoolizado e atingiu – em alta velocidade – trabalhadores que estavam na calçada. O homem ainda machucou a filha que estava no veículo e sofreu diversas fraturas por conta da colisão em alta velocidade. O condutor está preso.

O motorista estava em alta velocidade quando perdeu o controle do Palio Weekend em uma curva do bairro, na



Reprodução/RPC

Rua João Henrique da Rosa, atingindo duas pessoas que estavam fazendo uma reforma na frente de uma residência. O homem que morreu trabalhava na calçada e era pedestre. O outro colega tem 29 anos e foi encaminhado ao hospital

Evangélico Mackenzie com ferimentos na perna e queixo.

Outra pessoa ferida é a filha do motorista de apenas 9 anos de idade. Ela foi encaminhada ao Hospital do Trabalhador com ferimentos na coluna.

Passagem pela polícia

De acordo com o investigador Fábio da Polícia Civil, o motorista tem passagens policiais e, nesta semana iria colocar tornozeleira eletrônica. “Ele ia colocar a tornozeleira depois do feriado”, comentou o investigador em entrevista para a RPC.

Bêbado ao volante

Ao ser preso, o condutor passou pelo teste do bafômetro que apontou o consumo de bebida alcoólica (0,84 mg/L).

O rapaz está preso e foi conduzido até a Delegacia do Alto Maracanã.

FALECIMENTOS

Maria de Lourdes Gonçalves, 92 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Francisca Sanches de Almeida, 82 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade (Pinhais).

Floresvaldo Aparecido Pazine, 59 anos, sepultamento hoje.

Florisia de Andrade Veloso, 90 anos, sepultamento hoje, no Cemitério São Gabriel (Colombo).

Sidnei Batista Prado, 59 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Luiz Carlos Gonçalves Pinto Júnior, 30 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Ivan Forcato, 67 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Santa Cândida.

Edil Guerra Schmockel, 93 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Eugênia Pereira Ferreira, 84 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Claudiane Rita de Andrade Carneiro, 63 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Iguazu.

Leones Cesário Ferreira, 44 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Pietro Vendrame, 23 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Lucy Pepes Weinhardt, 86 anos, sepultamento hoje.

Milda Bussmann, 95 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal São Francisco de Paula.

Fritz Artur Koch, 70 anos, sepultamento hoje.

Maria Aparecida Cavalcanti, 75 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Bom Jesus dos Passos (Piraquara).

Denis Lucas Solivan dos Santos, 19 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Rio Branco do Sul.

Malvina Pedrosa Rosa, 83 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Cerro Azul.

Ana Rosa Luiz de Souza, 83 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Contenda (S.J.Pinhais).

Eufrázia Rodrigues da Mota, 108 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial Colônia Orleans.

Jucimara Mizerkowski Gonçalves, 41 anos, sepultamento hoje.

Maria José dos Santos Braz, 79 anos, sepultamento hoje.

Hilda Porfíria Aquino Gonçalves, 89 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

MILAN LEILÕES
LEILOEIRO OFICIAIS

5 etapa
LEILÃO COMPLEMENTAR

MAIOR LEILÃO INDUSTRIAL
DE TODOS OS TEMPOS
DESATIVAÇÃO DA EX-PLANTA DA FORD EM TAUBATÉ-SP

SOMENTE MÁQUINAS OPERACIONAIS
TODAS OPERACIONANDO C/ INTELIGÊNCIA SIEMENS 810 / 840D

- (06) CENTROS DE USINAGEM GROB 300 / 500
- (03) TORNOS DE USINAGEM MAG CB 220
- (02) TRIDIMENSIONAIS ZEEIS PRIMOS NAVIGATOR
- (02) RETÍFICAS CNC DANOBAT
- (02) FRESADORAS PRAWEMA

ISSO E MUITO MAIS!

MAIORES INF: 11 3845-5599 R. 0143 - C/ PIVA

INFO@MILANLEILOES.COM.BR

SEGUNDA
15/MAIO
9:30h. Online



VEJA AQUI LOTEAMENTO E VIDEOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Coordenadoria de Licitações e Contratações – PRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE 27 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, constituída pela Portaria nº 1396/DD, de 28 de fevereiro de 2023, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas em 02 de março de 2023, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/99, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil e art. 163 da Lei 8.112/90, NOTIFICA pelo presente Edital o servidor MARLON ANDRÉ PERON GENEROSO, matrícula UFPR nº 192.945 e matrícula SIAPE nº 2486121, Analista de TI da Seção de Museologia, Ações Educativas e Difusão Cultural da Universidade Federal do Paraná, por se encontrar em local incerto e não sabido, como acusado em Processo Administrativo Disciplinar instaurado no bojo do processo nº 23075.001656/2023-76, para que se apresente para tomar ciência do conteúdo do referido processo e prestar esclarecimentos perante a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no prazo de cinco dias, conforme determina o art. 24 da Lei 9.784/99, devendo entrar em contato através do e-mail scd@ufpr.br, sendo que a ausência de manifestação no prazo implicará na continuidade do referido procedimento à sua revelia.

LAIS ALVES MAGALHÃES - Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO N.º 020/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 121/2023 – SME

OBJETO: Aquisição de artigos para cama, banho, vestuário e berço, pelo sistema de registro de preços válido por 12 (doze) meses, para atender a Secretaria Municipal da Educação.

DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 16 de maio de 2023 das 09h às 10h.

DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 16 de maio de 2023 das 10h05 às 10h30.

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br

INFORMAÇÕES, contatar pelos fones: (0xx41) 3350-9867, 3350-9588 e 3350-3009.

Solange de F. Vidal Souza
Pregoeira

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº004/2023

PROC ADM Nº123/2023- MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção do novo Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI (Creche- Pré-escola, Pro-infância, Tipo 2, Padrão FNDE) na Rua Inácio Maestrelli, s/n, Centro (Lote da Antiga Cerâmica Guimarães), conforme quantidades e características constantes nos anexos do presente Edital. **DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:** 19 de maio de 2023 às 09:00 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO:** às 09h15min. (nove horas e quinze minutos) do dia 19 de maio de 2023. **VALOR GLOBAL: R\$ 2.615.691,88 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).** Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site www.portoamazonas.pr.gov.br Informações através do telefone (42) 3256-1214 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 28 de abril de 2023.

Larissa Aparecida Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Suzana Antunes Cezar
Vice- Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Thaise Krause
Membro da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA



CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2024

O Prefeito Municipal de Curitiba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina a alínea “F”, inciso III do artigo 4º, e o artigo 44 da Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatutos da Cidade, e conforme o inciso I, § 1º, do artigo 48 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA a população para participar da Audiência Pública, que se destina a apresentação da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Orçamento de 2024, a ser disponibilizada no dia 10 de maio de 2023 às 16:00 hs., por meio eletrônico, com acesso pelo site da Prefeitura Municipal de Curitiba - <https://www.curitiba.pr.gov.br>, clicando no banner “**Audiência Pública – LDO 2024**”.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, 02 de maio de 2023.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo
Prefeito Municipal

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal Tribuna do Paraná